



## ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

### COMUNICADO DIRAP Nº 01/2PC, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014

Assunto: POSSE E EXERCÍCIO

Anexo: ANEXO I - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA;

ANEXO II - TERMO DE POSSE;

ANEXO III - DECLARAÇÃO SOBRE OCUPAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES;

ANEXO V - TERMO DE ENTRADA EM EXERCÍCIO; e

ANEXO VI - DECLARAÇÃO.

Comunico aos senhores Comandantes, Diretores, Secretário e Chefes de Organizações Militares (OM) que este Comunicado contém orientações e atribuições que devem ser observadas e repassadas aos Chefes de Seção de Pessoal Civil (SPC), quando da posse e do exercício dos candidatos habilitados e classificados em concursos públicos, destinados à lotação das Organizações Militares (OM) do Comando da Aeronáutica (COMAER).

#### 1 - DA NOMEAÇÃO

1.1 A nomeação é feita em caráter efetivo, nos casos de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, com a exigência prévia de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

1.2 É da competência da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), por meio da Subdiretoria de Pessoal Civil (SDPC), a **nomeação** dos candidatos habilitados em concurso público e destinados ao Comando da Aeronáutica.

1.3 A **nomeação** é o ato de provimento publicado em Diário Oficial da União (DOU).

1.4 Após a publicação da portaria de nomeação em DOU, a DIRAP/SDPC/2PC encaminhará à OM de lotação a relação nominal dos candidatos classificados com os dados pessoais para sua imediata convocação.

1.5 Fica proibido nomear nos três meses que antecedem as eleições, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, de acordo com o art. 73, inciso V, da Lei nº 9.504, de 30 SET 1997.

#### 2 - DA POSSE

2.1 A investidura do novo servidor em cargo público ocorrerá com a **posse**, que poderá se dar mediante procuração específica.

2.2 A **posse** ocorrerá com a assinatura do respectivo **Termo de Posse (ANEXO II)**, o qual deverá ser assinado pelo concursado e pelo Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe de OM.

2.3 O prazo é de trinta dias para que o candidato habilitado tome **posse**, contados da publicação da nomeação em DOU.

2.4 Caso o candidato habilitado seja servidor e esteja licenciado ou afastado por um dos motivos abaixo relacionados, o prazo será contado do término do impedimento:

- por motivo de doença em pessoa da família;
- por motivo de férias;
- para participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme dispuser o regulamento;
- para participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- por motivo de licença: à gestante, à adotante e à paternidade;
- para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativamente ao longo do tempo de serviço público prestado à União em cargo de provimento efetivo;
- por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
- para capacitação, conforme dispuser o regulamento;
- por convocação para o serviço militar;
- para deslocamento para nova sede, de que trata o art. 18 da Lei nº 8.112/90; e
- para participação em competição esportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.

2.5 No momento da **posse**, o candidato habilitado deverá preencher e assinar a **Declaração de Bens e Valores (ANEXO IV)** que constituem seu patrimônio e a **Declaração sobre ocupação de cargo, emprego ou função no serviço público (ANEXO III)**.

2.6 Em complemento ao **ANEXO III**, para fins de controle de dados sobre acumulação de cargos, deverão ser prestadas informações, através de um documento oficial do outro Órgão, conforme estabelecido na Portaria Normativa nº 2, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), de 12 MAR 2012, publicada no DOU nº 50, de 13 MAR 2012, Seção 1. O cumprimento da portaria acima citada é condição essencial e indispensável para a **posse, o exercício e a permanência do servidor no Órgão**.

2.7 A nomeação será tornada sem efeito se a posse não ocorrer no prazo estabelecido de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento, em DOU.

2.8 A inspeção médica oficial é obrigatória, pois só poderá ser empossado aquele que for julgado **apto** física e mentalmente para o exercício do cargo.

2.9 O Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM é a autoridade competente para dar **posse** ao candidato habilitado em concurso público. Nas OM sediadas na área do Rio de Janeiro, a posse é de competência do Diretor de Administração do Pessoal e, quando se tratar de OM situada em outras áreas é de competência do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe de OM de lotação do concursado, conforme estabelecido na Portaria nº 1.441/GC3, de 01 SET 2014, publicada no DOU nº 168, de 2 SET 2014, Seção 1.

### **3 - DO EXERCÍCIO**

3.1 O **exercício** é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

3.2 É de **quinze dias o prazo** para o candidato habilitado entrar em **exercício**, contados da data da posse, e ocorrerá com a assinatura do **Termo de Entrada em Exercício (ANEXO V)**.

3.3 O candidato habilitado será exonerado do cargo, se não entrar em **exercício** no prazo de quinze dias.

3.4 O Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM, de lotação do servidor, é a autoridade competente para dar **exercício** ao candidato habilitado em concurso público. Caso o servidor seja lotado em uma OM e com destino à outra, será necessário que o exercício seja assinado pela autoridade daquela Unidade, e ratificada pela autoridade responsável pela OM de lotação. Como exemplo: um Controlador de Tráfego Aéreo (DACTA-1303) lotado no CINDACTA I e com destino ao DTCEA BR.

3.5 Ao entrar em exercício, o servidor ficará sujeito a Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, por período de trinta e seis meses, com avaliações semestrais, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho das atribuições do cargo. Ao término do período do estágio o servidor aprovado será homologado no cargo e caso seja reprovado será exonerado. É de competência do Diretor de Administração do Pessoal assinar a portaria de Homologação do resultado final em Estágio Probatório.

#### **4 - DA ACUMULAÇÃO**

4.1 Conforme Constituição Federal (CF/88), é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários (art. 37, inciso XVI):

- de dois cargos de professor;
- de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e
- de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (EC nº 34/2001).

4.2 É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime de previdência prevista no art. 40, da CF/88, alterada pela EC nº 20/98, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da referida Constituição, conforme § 6º do citado artigo.

4.3 A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público, de acordo com o art. 37, inciso XVII da CF/88.

4.4 Ressalvados os cargos ou empregos acumuláveis previstos na CF/88, será facultado ao aposentado que, após 16 DEZ 1998, data da EC nº 20/98, prestar concurso público para provimento de cargo efetivo ou emprego público e, sendo habilitado e classificado, somente tomará posse do cargo efetivo ou assumirá o emprego permanente, na Administração Pública Federal direta, nas autarquias, fundações mantidas pelo poder público, nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista, após optar pela remuneração do cargo ou emprego, conforme o caso.

4.5 Na hipótese de cargos ou empregos públicos licitamente acumuláveis, o servidor que os exerce ou venha a exercer, deverá declarar o fato ao setor de Recursos Humanos da OM, no ato da posse, cabendo a este setor atestar a licitude da acumulação.

4.6 Conforme Parecer CGR-559-H, DOU de 15 SET 1967 e Parecer DRH nº 246, de 20 JUN 1990, a suspensão do contrato de trabalho e a licença para tratamento de interesses particulares não descaracterizam o regime acumulatório, porquanto permanece a titularidade dos cargos/empregos ocupados. O servidor, ao ser licenciado para trato de interesses particulares, não adquire direitos

novos não previstos em lei, e não se desvincula do cargo. Continua a ser servidor público e sujeito sua legislação.

4.7 A Advocacia-Geral da União impõe no bojo do Parecer nº GQ-145, publicado no DOU de 01 ABR 1998, que é permitida a acumulação de cargos, desde que não sujeite o servidor a carga horária semanal total superior a sessenta horas, sendo essa acumulação considerada lícita enquanto se comprovar materialmente que o servidor consegue conciliar a carga horária dos dois cargos. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por meio da Nota Técnica nº 285/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, firmou o mesmo entendimento.

4.8 O Decreto nº 94.664/87 que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596/87, determina que o professor com dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos, encontra-se impedido de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada (Nota Técnica nº 179/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP).

4.9 O docente em regime de dedicação exclusiva, mesmo estando em licença para tratar de interesses particulares, encontra-se impedido de exercer outra atividade remunerada, seja ela exercida em entidade pública ou privada, haja vista o caráter de regime de dedicação exclusiva, excetuada a hipótese de o servidor poder declinar o regime de dedicação exclusiva.

4.10 O professor aposentado, sob o regime de dedicação exclusiva, poderá exercer outro cargo de vinte horas, quarenta horas ou dedicação exclusiva. A acumulação caracteriza-se como lícita, não incidindo, pois o requisito da compatibilidade de horários.

(Parecer nº AC-54/2006, da AGU/Nota Técnica nº 390/2009/COGES/DENOP/SRH/MP).

## **5 - DAS ATRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES**

5.1 Com a publicação, em DOU, da portaria de nomeação dos concursados habilitados, a OM, assim que tiver sido oficializada a relação com os nomes dos candidatos, deverá providenciar notificação escrita (telegrama com AR, carta, jornal de grande circulação, ou via portador), avisando-os que deverão comparecer à OM, o mais rápido possível, tendo em vista que terão somente **trinta dias para tomar posse**.

5.2 Na convocação do candidato, será obrigatório apresentar os seguintes documentos (original e cópia), abaixo relacionados. A cópia será autenticada pelo agente de RH e ficará arquivada na OM e os anexos a este Comunicado deverão ser assinados no ato da posse:

- Carteira de Identidade;
- C.P.F. (Cadastro de Pessoa Física);
- Título de Eleitor;
- PIS/PASEP;
- Certificado ou Diploma de conclusão de escolaridade exigida para o desempenho do cargo, devidamente registrado no MEC, de acordo com o previsto no Edital de Abertura do Concurso Público;
- Certidão de nascimento;
- Certidão de casamento (se for o caso);
- Certidão de nascimento de filhos ou dependentes legais (se for o caso);

- Certificado de serviço militar (sexo masculino);
- Declaração de bens e valores (**ANEXO IV**);
- Declaração sobre ocupação de cargo, emprego ou função no serviço público (**ANEXO III**);
- Documento oficial, do outro Órgão em que ocupa um cargo, contendo informações sobre acumulação lícita (se for o caso);
- Declaração de que não é beneficiário do seguro-desemprego (**ANEXO VI**); e
- Outros documentos previstos no Edital de Abertura do Concurso Público.

5.3 Encaminhar o candidato habilitado à inspeção de saúde, por Junta Regular de Saúde da Aeronáutica, o mais rápido possível, lembrando que só poderá ser empossado aquele que for julgado **apto** física e mentalmente para o exercício do cargo.

5.4 Remeter à DIRAP/SDPC/2PC, via Ofício, Fac-símile, Rádio ou Mensagem Direta a data da **posse** e do **exercício** do concursado habilitado, que será publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) e, posteriormente, transcrita no Boletim Interno da OM, para a qual foi convocado.

5.5 Determinar que o candidato habilitado assine a **Declaração de Desistência (ANEXO I)**, caso desista de ser empossado. Comunicar, imediatamente, à SDPC/2PC e enviar o original, para que esta faça a anulação da nomeação e providencie a convocação do próximo candidato habilitado, por ordem de classificação.

5.6 Verificar se o candidato habilitado acumula cargos ou empregos no serviço público federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 118, da Lei nº 8.112/90 e art. 37, inciso XVI da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98, e se percebe proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 ou 142. Caso o candidato habilitado queira tomar posse em cargo inacumulável, a OM, em princípio, não poderá empossá-lo. Insistindo, deverá o fato ser levado ao setor jurídico da OM e ser imediatamente comunicado à DIRAP/SDPC, que prestará as orientações pertinentes.

5.7 Quando o candidato habilitado for ocupar cargo de Magistério, verificar se exerce outro cargo de professor. Se este cargo for de dedicação exclusiva, somente poderá ocupar o cargo no COMAER se declinar do regime de dedicação exclusiva do outro cargo que ocupa de professor.

5.8 Verificar se o candidato habilitado é ocupante de cargo ou emprego público e se está em licença para tratar de interesses particulares (art. 91, da Lei nº 8.112/90). Somente poderá tomar posse e entrar em exercício no cargo do COMAER se for lícita a acumulação. Observar o previsto no item 4 – DA ACUMULAÇÃO.

5.9 Encaminhar à DIRAP/SDPC/2PC as cópias dos documentos do candidato empossado, para conferência, preenchimento e digitação da Ficha SISAC de Admissão – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões do TCU, conforme Ofício Circular nº 44/4EM/EMGEP/COMGEP, de 03 SET 1998, e orientações contidas na IN nº 55/TCU e Resolução TCU nº 206, de 24 OUT 2007, publicadas no DOU nº 207, de 26 OUT 2007, alteradas pela IN nº 64/TCU e Resolução TCU nº 237, de 20 OUT 2010, publicadas no DOU nº 205, de 26 OUT 2010. O prazo para o encaminhamento à DIRAP é de trinta dias contados da data de entrada em exercício do concursado na OM.

5.10 Somente deverão ser encaminhados os documentos comprobatórios para o preenchimento dos

campos da Ficha SISAC de Admissão. Os documentos exigidos são os seguintes: cópias legíveis da Carteira de Identidade, CPF, PIS/PASEP, Termo de Posse e Termo de Entrada em Exercício. Quanto aos dados do concurso enviar uma cópia legível do DOU do Edital de Abertura e de Homologação, e da Portaria de Nomeação de todos os candidatos e informar o dispositivo legal que originou a vaga do concursado, contendo o nº do ato da vacância e do DOU com a respectiva data de publicação.

5.11 Deverá ser observado, quando da investidura de concursado em cargo público efetivo, para fins de controle de percepção de seguro-desemprego, se o mesmo não é beneficiário do seguro, de acordo com a Portaria Normativa nº 4/SEGEP/MP, de 08 JUL 2013. O candidato deverá assinar no ato do provimento o **ANEXO VI – DECLARAÇÃO**.

5.12 Deverá ser informado ao concursado, que no momento do seu ingresso no serviço público federal poderá aderir a previdência complementar para sua aposentadoria oficial, conforme instituído pela Lei nº 12.618, de 30 ABR 2012 e Orientações Normativas da SEGEF/MP: ON 12, de 23 SET 2013, ON 17, de 23 DEZ 2013 e ON 6, de 13 AGO 2014. A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp – Exe., criada pelo Decreto nº 7.808/2012, é o Órgão da Administração Indireta vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como finalidade administrar e executar os planos de benefícios de previdência complementar para os servidores civis da União.

## **6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1 Fica revogado o Comunicado DIRAP nº 01/2PC/DPC, de 24 SET 2012, publicado no BCA nº 185, de 26 SET 2012.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA**

Declaro, junto ao Recursos Humanos de Pessoal Civil do Comando da Aeronáutica, que desisto de assumir o cargo de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ para o qual fui habilitado(a) por Concurso Público realizado pelo \_\_\_\_\_

(Nome do Órgão/OM)

classificado(a) em \_\_\_\_\_ lugar, conforme consta do Edital de Homologação nº \_\_\_\_\_, publicado no DOU nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, Seção 3 e da nomeação prevista na Portaria DIRAP nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Seção 2, página \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) concursado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM e Carimbo

## ANEXO II

### TERMO DE POSSE

O (Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM), tendo em vista o disposto no art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, **EMPOSSA**, nesta data, o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Portaria DIRAP nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ Seção 2, página \_\_\_\_\_, para exercer o cargo efetivo de \_\_\_\_\_ código \_\_\_\_\_ classe \_\_\_\_\_, padrão/nível \_\_\_\_\_, habilitado(a) em Concurso Público.

O(A) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexando a este termo a declaração de acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública.

Para constar, eu, \_\_\_\_\_, com exercício no (a) \_\_\_\_\_ lavrei o presente termo, que vai assinado pelo empossado e pelo Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) empossado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM e Carimbo



**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO SOBRE OCUPAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO  
NO SERVIÇO PÚBLICO**

\_\_\_\_\_,  
(Nome)

residente à \_\_\_\_\_  
(endereço-cidade-UF)

\_\_\_\_\_, habilitado(a) no concurso público

para o cargo de \_\_\_\_\_

realizado pelo \_\_\_\_\_,

(Nome do Órgão/OM)

conforme publicado no DOU nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_, declaro que exerço  
( ) / não exerço ( ) cargo ou função no serviço público federal, estadual ou municipal,  
nos termos do art. 118, § 1º da Lei nº 8.112/90 e art. 37, inciso XVI da CF com redação  
dada pela EC nº 19/98, e que percebo ( ) / não percebo ( ) proventos de aposentadoria  
decorrentes dos artigos 40, 42 ou 142 da Constituição vigente.

Caso exerça ou perceba proventos de aposentadoria, indicar abaixo: o nome do cargo ou  
função, o Órgão de exercício, a jornada de trabalho e no caso de docente, se percebe ( ) /  
não percebe ( ) dedicação exclusiva.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) concursado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe de OM e Carimbo

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES**

Declaro junto ao Recursos Humanos de Pessoal Civil do Comando da Aeronáutica que, nesta data, ao ser nomeado(a) para o cargo de

\_\_\_\_\_  
como concursado(a), os bens, quitados ou não, e os valores que possuo, são os seguintes:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do(a) concursado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe de OM e Carimbo

**ANEXO V**

**TERMO DE ENTRADA EM EXERCÍCIO**

O (Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM), no uso de suas atribuições e tendo em vista o art. 15 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, concede **EXERCÍCIO**, ao(a) empossado(a) \_\_\_\_\_ habilitado(a) em concurso público e nomeado(a) pela Portaria DIRAP nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada no Diário Oficial da União nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, Seção 2, página \_\_\_\_\_, no cargo efetivo de \_\_\_\_\_ código \_\_\_\_\_, classe \_\_\_\_\_, padrão/nível \_\_\_\_\_.

Para constar, eu, \_\_\_\_\_ ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, em exercício no(a) \_\_\_\_\_, lavrei o presente termo.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) empossado(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM e Carimbo

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Comandante, Diretor, Secretário ou Chefe da OM e Carimbo  
(OBS. Se for o caso de ratificação, conforme item 3.4-do EXERCÍCIO, solicitar a assinatura da autoridade responsável pela OM de lotação do empossado).

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome),  
inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF nº \_\_\_\_\_  
Cargo/Emprego público: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que a partir do efetivo exercício no cargo ou emprego para o qual fui convocado, não sou beneficiário do seguro-desemprego.

**DECLARO**, ainda, que as informações aqui prestadas são exatas e verdadeiras e de minha inteira responsabilidade, sob pena de caracterização do crime tipificado no art. 299, do Código Penal.

Cidade ( \_\_\_\_\_ ), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) servidor(a)

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990:

Art. 24 Os trabalhadores e empregadores prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, nos termos e prazos fixados pelo Ministério do Trabalho.

Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940:

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.